

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E O CONTEXTO DAS CLASSES MULTISSERIADAS: UM OLHAR A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Heleny Andrade Nunes<sup>20</sup>  
Caliane Costa dos Santos da Conceição<sup>2</sup>  
Danila dos Santos Santana<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo traz a análise do Projeto Político Pedagógico-PPP de uma escola do campo, multisseriada, de um dos municípios do Recôncavo da Bahia. Esta experiência faz parte das atividades desenvolvidas no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID, da linha: Organização do Trabalho Pedagógico nas Classes Multisseriadas. Utilizamos como técnica de pesquisa e suporte metodológico a análise documental. Compreendendo que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento que exprime a autonomia da escola, porém é preciso que ele seja um documento vivo e não apenas um documento burocrático para cumprir as exigências do sistema educacional. Acredita-se que o Projeto Político Pedagógico se constitui num importante instrumento capaz de promover propostas que consigam romper com a negação de direitos que foram apregoados pela lógica dos grandes latifundiários às escolas do campo. Negligenciar a forma de organização, multisseriada, de uma escola significa continuar reproduzindo neste contexto, uma cultura urbano-industrial seriada que contribui para a fragmentação do conhecimento, precarização da multissérie e possivelmente a tradição do fracasso escolar. Nesse sentido, é de suma importância que o PPP das escolas do campo dialogue com a cultura camponesa e com os modos de produção da vida que se configura nesse contexto, a fim de que possa contribuir na construção das identidades locais dos sujeitos, ajudando-os a compreender crítica e politicamente o mundo que os cerca. A materialização dos pressupostos legais é a garantia de sua efetivação.

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Projeto Político Pedagógico, Classes Multisseriadas.

---

<sup>20</sup> Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, CFP- Centro de Formação de Professores), graduada em Normal Superior pela Faculdade de Ciências Educacionais (FACE), Pós- Graduada em Educação e Interdisciplinaridade pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Professora Supervisora PIBID - Bolsista.

<sup>2</sup> Graduanda do 6º semestre do Curso de Pedagogia.

<sup>3</sup> Graduanda do 5º semestre de Pedagogia.

## ABSTRACT

This article presents the analysis of the Pedagogical-Political Project PPP a field school, multiseriate, one of the municipalities of Bahia Reconcavo. This experience is part of the activities developed in the Fellowship Program Introduction to Docência- PIBID, the Line: Pedagogical Work Organization in Multiseriated Classes. We use as a research technical and methodological support for document analysis. Understanding the Political Pedagogical Project is an instrument that expresses the school autonomy, but he must be a living document and not just a bureaucratic document to meet the requirements of the educational system. It is believed that the Pedagogical Political Project constitutes an important tool capable of promoting proposals that they can break the denial of rights that have been touted by the logic of the big landowners schools field. Neglecting the form of organization, multiseriate, a school means continue playing this context, a serial urban-industrial culture that contributes to the fragmentation of knowledge, precariousness of multigrade and possibly the tradition of school failure. Therefore, it is critical that the PPP of field schools dialogue peasant culture and the life modes of production which is configured in this context, so that it can contribute to the construction of local identities of the subjects, helping them understand critical and politically the world around them. The materialization of the legal requirements is to guarantee its effectiveness.

**Keywords:** Rural Education , Pedagogical Political Project, Multiseriated classes.

## Introdução

O presente artigo apresenta a análise do Projeto Político Pedagógico – PPP de uma escola do campo multisseriada de um município do Recôncavo da Bahia. Esta experiência faz parte das atividades desenvolvidas no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, especificamente do subprojeto do Curso de Pedagogia intitulado “A Organização do Trabalho Pedagógico no Contexto da Educação Infantil e das Classes Multisseriadas”. Utilizamos como técnica de pesquisa e suporte metodológico a análise documental, pois ela permite “a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos (MOREIRA, 2005, apud SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2012), permitindo uma compreensão fiel dos fatos, já que não altera o ambiente de análise.

No município onde a pesquisa foi realizada, as escolas do campo estão organizadas por núcleos administrativos. O Núcleo do qual faz parte a escola foco de nossa análise é constituído por cinco escolas. Cada núcleo é gerido por uma diretora e uma coordenadora pedagógica, em parceria com a coordenação de Educação e de

Educação do Campo. O núcleo é caracterizado pela nucleação administrativa, estratégia utilizada pela secretaria Municipal de Educação para dá mais assistência e organização às escolas do campo. As escolas do núcleo atende aos níveis de ensino da Educação Infantil aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A maioria das escolas são uni docentes, possuem apenas uma sala de aula e, um único professor e atendem aos níveis de ensino supramencionados concomitantemente. Para Hage, (2005), um dos principais desafios colocados à educação do campo está relacionado ao ensino das escolas com salas multisseriadas. Estas compreendem alunos de diferentes comunidades, séries, idades, níveis de aprendizagem e de conhecimentos. São turmas heterogêneas, que têm como característica central a diversidade. Em muitas regiões rurais do Brasil, a educação escolar é organizada em turmas multisseriadas devido à grande distância entre as comunidades e ao baixo número de alunos em cada série/ano. Neste sentido, Hage vem nos dizer que:

A escola localizada no próprio espaço em que vivem e convivem os sujeitos do campo pode constituir-se num centro de desenvolvimento cultural da comunidade, envolvendo a todos, sem exceção: crianças, adolescentes, jovens e adultos, estudantes, pais, lideranças e membros da comunidade nos processos de apropriação do conhecimento e de mobilização e participação coletiva na construção de uma sociedade inclusiva, democrática e plural. (HAGE, 2014, p. 57)

O PPP das cinco escolas é o mesmo, pois, é construído pensando em sua organização administrativa, ou seja, cada Núcleo possui um projeto político pedagógico, este por sua vez, também é o PPP de cada escola que compõe o Núcleo diferenciando-se apenas nos itens que tratam do histórico e das características físicas estruturais de cada escola.

Assim, analisamos além dos elementos estruturais que são indispensáveis na construção de um PPP tais como: conceituação, determinações legais, paradigma de gestão, processo de construção, outras informações que consideramos como sendo necessárias em um PPP, que considere as especificidades das classes multisseriadas no contexto da Educação do Campo, como: concepção de Educação, articulação com o Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo, problematização do contexto das classes multisseriadas. Esses aspectos provocam-nos a pensar na importância da construção de um Projeto Político Pedagógico que atenda a realidade da comunidade e mais especificamente, as necessidades propostas para Educação no/do Campo e classes multisseriadas.

Defendemos que as escolas do campo têm um papel fundamental no desenvolvimento da comunidade e, muitas vezes, é a única forma de relação direta entre a comunidade e o poder público. As escolas do campo em sua maioria ficam isoladas, afastadas dos centros, as equipes de trabalho são mínimas, resumindo-se quase sempre a uma professora, uma merendeira e um motorista. Devido a distância e pela quantidade de escolas que têm no núcleo, a presença da gestão é comprometida, já que a mesma precisa dá conta de aspectos administrativos e pedagógicos de todas as escolas, garantindo ainda presença semanal na instituição para acompanhar e dá suporte no processo de ensino e aprendizagem.

As multisserie segundo Hage (2005, p. 56), “têm assumido um currículo deslocado da cultura das populações do campo”, ao reproduzir um o currículo urbano seriado. Partindo desse pressuposto, torna-se evidente que a formação indenitária dos sujeitos do campo fica comprometida quando se nega ou invisibiliza a cultura deste espaço de produção e reprodução da vida, pois compreendemos que a cultura também forma os sujeitos.

A cultura também forma o ser humano e dá as referências para o modo de educá-lo; são os processos culturais que ao mesmo tempo expressam e garantem a própria ação educativa do trabalho, das relações sociais, das lutas sociais: a Educação do Campo precisa recuperar a tradição pedagógica que nos ajuda a pensar a cultura como matriz formadora, e que nos ensina que a educação é uma dimensão da cultura, que a cultura é uma dimensão do processo histórico, e que processos pedagógicos são constituídos a partir de uma cultura e participam de sua reprodução e transformação simultaneamente (CONCEIÇÃO, BARRETO e LIMA, 2013, p. 8-9)

Sendo assim, os sujeitos do campo tem direito a uma educação pensada, a partir do seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Estes sujeitos precisam compreender seus lugares (micro) como identidade para a partir desse espaço dialogar com o mundo (macro) envolvendo assim globalmente nas discussão e lutas por direitos e igualdade. Nesse sentido o PPP assume um papel político e pedagógico na construção desse direito.

**Político Pedagógico da Educação do Campo: Possibilidades para se pensar a Escola do Campo e o contexto das Classes Multisseriadas**

A instituição escolar passou por diversas modificações historicamente no que tange a sua organização administrativa, mas especificamente sobre “o direcionamento” da gestão escolar, devido aos interesses políticos e sociais subjacentes. O Projeto Político Pedagógico surge enquanto necessidade no momento em que se reconhece a importância da descentralização de poder, favorecendo um paradigma de gestão mais democrática

Gestão democrática é um exercício de cidadania, fundamental para o avanço da sociedade que planeja ser mais justa ou igualitária. Para a sociedade, trabalhadores da educação e especialistas, a democracia da e na escola é o único caminho para a reconstrução da Escola pública de qualidade (SOUZA, 2015, p.2).

Exercer uma gestão democrática supõe, sobretudo, a participação de todos os envolvidos (professores, gestores, pais, alunos e comunidade) no processo escolar na administração e nas instâncias de decisão da escola. Tal pressuposto torna-se uma obrigação para todas as escolas na medida em que se encontra legitimado pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB-9394/96, que estabelece em seu Art.14 que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:  
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;  
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A construção do Projeto Político Pedagógico é de grande importância para as escolas em qualquer modalidade de ensino. É através dele que a escola poderá traçar objetivos e metas a serem trabalhados e determinar como serão os caminhos a serem percorridos. No projeto haverá momentos para análise de metas e objetivos; as que foram alcançadas e quais poderão ser reformuladas ou mudadas para atingirem os objetivos propostos.

As ações políticas e pedagógicas da escola são o retrato da realidade e da filosofia educacional concebida por seus integrantes. Elas devem ser pautadas a partir da concepção de mundo, de educação e de formação. O PPP reflete a identidade da escola, portanto, orienta e conduz as atividades pedagógicas da escola como também, a “organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua

relação com o contexto social imitado, procurando observar a visão da totalidade” (VEIGA, 1995, p.14).

Os caminhos possíveis para o trabalho pedagógico e o trabalho docente em ação direta e indireta na sala de aula, deverão estar pautados neste projeto. Assim, se faz necessário agir em conjunto na sua construção. Com este projeto será possível pensar num referencial pedagógico voltado para a realidade na qual a escola está inserida. Existem diversas dimensões que o Projeto Político Pedagógico irá atuar, pensando em atividades que possibilitem a formação cidadã, autônoma e integrada. Neste sentido Silva afirma,

A educação de qualidade demanda uma política educacional compromissada com a formação de seus alunos, dando-lhes a capacidade de auto realização. A educação de qualidade é capaz de enxergar a profissionalização e a sua competência, não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de realização da cidadania. Uma política educacional, para ser de qualidade, deve estar voltada para os direitos da população economicamente empobrecida. (SILVA, 1995, p.101).

Contudo, o que temos visto historicamente é um descaso com as escolas do campo, a negação de políticas públicas que atendam as especificidades deste contexto. Para estas escolas foram sempre reservadas os resquícios da educação oferecida no meio urbano ou políticas compensatórias que buscavam manter os sujeitos do campo no lugar de origem, visando diminuir o inchaço das cidades provocado pelo êxodo rural a partir do processo de industrialização e urbanização ocorrido no Brasil, sobretudo a partir dos anos de 1940. “[...] A sociedade brasileira somente despertou para educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo” (LEITE, 2002, p.28).

Por isso, as escolas do campo têm sofrido com as mazelas e a precarização, pois com esse novo modelo de desenvolvimento em curso desde o século passado, o campo tem sido visto como algo que precisa ser superado para que atenda as exigências da lógica urbano-industrial em curso. Devido a todo esse processo, a população do campo tem diminuído significativamente, segundo os dados do IPEA (2014) em 1995 a população rural correspondia a 31.792.00, já em 2013 essa população caiu para 30.677.00, ou seja, em vinte anos a população rural diminuiu em mais de um milhão.

Assim, também nas escolas do campo tem reduzido o número de estudantes, fato que implica para que estas escolas tornem-se multisseriadas, geridas em sua maioria por

um professor, essa é uma estratégia utilizada atualmente pelos gestores/as para diminuir os gastos com a escolarização dos sujeitos do campo, devido o reduzido número de matrícula. Entretanto, “tal formato tem sido historicamente implantado no Brasil como forma de atender à população residente em localizações pouco povoadas, geralmente no campo” (PARENTE; SANTANA, 2015, p.1), a multisséries só começou a ser substituída pela seriação por pressão da sociedade civil organizada que demandava escolarização para a classe trabalhadora e devido ao processo de industrialização, que demandou a expansão da escola para formar mão de obra.

Devido a esse descaso com a população do campo, as escolas têm sofrido com a falta de políticas que dêem subsídios para realização de um bom trabalho em sala de aula, sejam elas: formação docente, material didático específico, estrutura física, dentre outras necessidades que vem sendo negadas pelo poder público para estes sujeitos. As escolas multisseriadas, em específico, sofrem duplamente estas mazelas, pois a elas são destinadas um planejamento pedagógico seriado, o qual não dá conta de atender a heterogeneidade que as caracteriza.

Acreditamos que o Projeto Político Pedagógico se constitui num importante instrumento capaz de promover propostas que consigam romper com a negação de direitos que foram apregoados pela lógica dos grandes latifundiários as escolas do campo. Pois:

A escola não é um feudo da classe dominante; ela é terreno de luta entre a classe dominante e classe explorada, ela é o terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que lá se passa, reflete a exploração e a luta contra a exploração. A escola é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação – mas também ameaça a ordem estabelecida e possibilidade de libertação. (SNYDERS, *apud* HORA, 1994, p. 34).

Nesse sentido, o PPP das escolas do campo precisa expressar estas contradições que se desenvolvem na sociedade, a existência determinada pela condição da classe social, as contradições geradas no confronto entre valores culturais dominantes e subalternos, a exemplo da conflituosa relação entre campo-cidade e, as relações de poder diversas que implicam em relações sociais estabelecidas num espaço-tempo físico, histórico e cultural, que atingem diretamente os sujeitos que vivem nesse contexto. Essa construção torna-se importante tanto para direcionar o trabalho nas escolas, quanto no sentido de se constituir em uma teoria que subsidia a luta por políticas para educação do

campo, o qual deve ser construído coletivamente para e com os sujeitos. Corroborando com esta assertiva, Caldart (2003) afirma que:

Não se trata de propor algum modelo pedagógico para as escolas do campo, mas sim de construir coletivamente referências para processos pedagógicos a serem desenvolvidos pela escola, que lhe permitam ser obra e identidade dos sujeitos que ajuda a formar, com traços que a identificam com o projeto político e pedagógico da Educação do Campo (CALDART, 2003, p. 3).

Assim, a construção do PPP dessas escolas deve levar em consideração os princípios da Educação do Campo, as especificidades e as escolas do campo enquanto “espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho” (BRASIL, 2010), a partir deste pressuposto legal, entendemos que as práticas educativas devem ajudar na construção das identidades locais alicerçadas nas capacidades e nos valores dos educandos, permitindo-os compreender, crítica e politicamente, o mundo, o significado das coisas e das relações sociais (CONCEIÇÃO, BARRETO e LIMA, 2013). Nesta perspectiva, os elaboradores devem buscar a produção de uma proposta curricular diferenciada capaz de atender a diversidade e as especificidades do campo, valorizando a necessidade de afirmação da identidade do campo dialogando com uma perspectiva emancipatória de currículo.

### **Possibilidades para se pensar a Educação do Campo e as Classes Multisseriadas**

Pensar em PPP para educação do campo exige conhecimento de todo aparato legal que orientam o trabalho pedagógico nesta modalidade de ensino, como também, se faz necessário conhecer historicamente os processos de luta empreendidas pelos movimentos sociais do campo para que tais conquistas fossem legitimadas pelo Estado Brasileiro. O movimento *Por uma Educação do Campo* surge a partir das demandas sociais dos povos do campo, da necessidade de políticas públicas e educação de qualidade para os povos que vivem no/do campo. A escola neste contexto é uma das possibilidades de efetivação



desta educação, entretanto não é a única, visto que entendemos a educação do campo como uma prática social e como tal, não se restringe ao âmbito escolar.

As escolas do campo através do seu documento de identidade - o Projeto Político Pedagógico (PPP) - deve tencionar a discussão sobre a educação do campo e classe multisseriadas, bem como incorporar nos seus currículos os princípios norteadores da mesma, a fim de que essas políticas sejam efetivadas. Polon e Marcoccia (2014, p.8) argumentam que:

Nesse sentido, uma das questões que podem dar sustentação ao debate sobre os PPPs seria nos interrogarmos: qual a especificidade do PPP das escolas do campo? Quais são os princípios que devem nortear o trabalho com os povos do campo? Quais seriam os princípios organizadores do PPP das escolas do campo? Que valores? Que saberes e fazeres são necessários problematizar com os povos do campo? Como construir o coletivo da comunidade escolar em lugares que não possuem organização política, tais como, movimentos sociais, organizações e associações que lutam pelos direitos dos povos do campo?

A fim de trazer algumas proposições para estes questionamentos apontamos, inicialmente, para a necessidade de se tencionar no PPP das escolas do campo e o próprio conceito de campo, pois é algo que deve ser pensado para demarcar o lugar de onde se fala, para não cairmos em visões equivocadas. Nesse sentido Caldart (2003, p. 9) aponta que:

Se pensarmos o campo como latifúndio, não temos como pensar a Educação do Campo; se pensarmos a Reforma Agrária como uma política social ou compensatória apenas, não vamos pensar em um sistema público de educação para os camponeses.

O Parecer 36/2001<sup>21</sup> ratifica esta ideia, no sentido de apontar para uma concepção de campo, “o campo, nesse sentido, é mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana” (p.1). Assim, a que se considerar a dimensão política de que se trata este conceito, o qual vai influenciar diretamente na construção do Projeto Político Pedagógico das escolas, já que o campo que caracteriza a educação do **campo** se difere do **rural** da educação rural não apenas pela nomenclatura, mas por constituir uma luta política por uma educação

---

<sup>21</sup> Este documento institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo

diferenciada para as populações do campo e um projeto de desenvolvimento social neste espaço. É pensar o Projeto da Educação do Campo a partir dos sujeitos sociais concretos que vivenciam uma luta histórica. Neste sentido Caldart aponta que:

Agora é preciso pensar em um projeto a partir das necessidades das trabalhadoras e trabalhadores do campo sem desvincular a dimensão política da pedagógica, para isso precisamos trabalhar com a memória e resistência cultural destes sujeitos a fim de potencializar sua autoestima e contribuir na construção de sua identidade alicerçada nos valores locais (CALDART, 2003, p.).

Assim, o diálogo com as teorias pedagógicas é de suma importância, sobretudo, com as pedagogias críticas (Pedagogia Socialista, do Oprimido e do Movimento). A educação do campo precisa de uma epistemologia que permita aos sujeitos compreender a posição social que ocupam, que foi historicamente construída, a fim de emanciparem-se. Abranger nos seus currículos a dimensão da cultura e do trabalho produtivo como matrizes do conhecimento. Dialogar também com os movimentos sociais do campo, uma vez que a educação é uma das pautas políticas destes movimentos e, por existir dentro deste uma pedagogia que possui tanto uma dimensão pedagógica quanto política, a qual só se constrói na vivência. Assim, Polon e Marcoccia (2014, p.8) afirmam:

Os movimentos sociais indicam que a escola não está desvinculada dos acontecimentos sociais, assim, os direitos à saúde, moradia, educação, justiça, trabalho digno, transporte entre outros, devem ser temas a serem tratados quando da elaboração ou avaliação dos PPPs, pois a conjuntura política, social e econômica que envolve a escola do campo apontam caminhos para se pensar a educação.

Essas teorias precisam ajudar a dar conta da heterogeneidade que permeiam as classes multisseriadas, enquanto forma de organização que atende a maioria da população que temos no campo brasileiro. Os dados do Censo Escolar de 2011 indicaram ainda a existência de 45.716 estabelecimentos de ensino exclusivamente formados por turmas multisseriadas, destas 42.711 ficam na zona rural, no que se refere as matrículas contabilizam 1.040.395, das quais 91.491 encontram-se nas zona rural, entretanto elas tem sido invisibilizadas no campo das políticas públicas e vem sendo timidamente discutida em âmbito acadêmico. O modelo multisseriado é mais que uma aglutinação de séries, é isso que precisamos compreender para superar o paradigma seriado, “o conceito

de multisseriação, se ampliado, pode significar multi-idade/multigraduado, envolvendo sujeitos pertencentes a um tempo de vida específico (infância, por exemplo) e, nesta perspectiva, pode avançar para a construção de alternativas pedagógicas” (PARENTE; SANTANA, 2015, p.1).

É neste sentido que Salomão Hage, protagonista na discussão acadêmica sobre multissérie vai propor a transgressão do modelo seriado, pois este traz implícita uma concepção de sociedade e de conhecimento capitalista e fragmentado, respectivamente. A partir das pesquisas realizadas no estado do Pará, Hage diz que:

[...] temos apostado na “*transgressão do paradigma seriado e urbano de ensino*” como possibilidade do enfrentamento às mazelas que permeiam a escolarização dos sujeitos do campo, materializado predominantemente através das escolas multisseriadas. (HAGE, 2014, p.11)

A heterogeneidade que compõe a multissérie reflete a singularidade de cada ser humano no processo de ensino e aprendizagem, por isso, o atual modelo de escola e metodologias de ensino não dá conta de atender as demandas e necessidades das salas multisseriadas já que, buscam sempre a homogeneidade, assim, a que se pensar a partir das teorias críticas da pedagogia possibilidades de trabalhar com esta questão, buscando a superação do paradigma vigente.

Portanto, torna-se imperativo pensar em políticas públicas que efetivem a educação como direito universal e não mais com política compensatória, permitindo a cada pessoa o direito de participar da sociedade de forma crítica. A escola é um elemento fundamental na educação do campo, pois nela os sujeitos terão acesso aos conhecimentos que lhes foram negados historicamente, no entanto será necessário rever os objetivos da escola na sua tarefa educativa: socialização, construção de uma visão de mundo, formadora de identidades, memória, resistência cultural, autoestima e militância social (CALDART, 2003).

O PPP das escolas do campo precisa propor metodologias que deem conta desta diversidade de saberes, pois como a educação encontra-se organizada atualmente, não dá conta de atender a este projeto, uma vez que não valoriza os saberes oriundos da prática social, e tenta separar ao máximo a dimensão política da pedagógica contribuindo para a alienação dos sujeitos.

Para tanto, precisamos pensar a formação de educadores e educadoras do campo para além dos espaços formais, a educação do campo é uma prática social, e com tal não se limita aos muros das escolas, ela está imersa na comunidade e comunga dos problemas sociais que a mesma enfrenta. Assim a que se pensar na formação de educadores que dê conta de abranger também os espaços não formais de educação, permitindo-os interagir nos espaços extraescolar.

Ao questionar o que é educação do campo, seus pressupostos e fundamentos retrata-se uma preocupação eminente dos desafios e perspectivas, não apenas por parte dos docentes e discentes, mas por parte daqueles que almejam uma sociedade que oportunize aos indivíduos escolhas. Visto que a educação campesina é um direito e não favor. Lutar por ela, nos possibilita alçar vôos e construir objetivos para propiciar conhecimentos sistematizados com valorização e reconhecimento dos saberes campesinos.

### **Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo: Um relato de experiência**

Nesta seção apresentaremos a análise realizada no PPP da escola investigada, a partir dos elementos que consideramos necessários para sua construção. Para tanto utilizamos como aporte teórico para análise Vasconcellos (2002), Veiga (2002) e Caldart (2003), além dos documentos legais que obrigam a existência do PPP, enquanto documento indenitário das escolas e enquanto instrumento legal para promoção da descentralização e da democracia no cotidiano e na gestão escolar. Utilizamos também autores como Parente e Santana, 2015 e Hage, 2005, os quais nos dão subsídios para tencionar o contexto das classes multisseriadas.

O PPP analisado foi construído em 2008 e contempla cinco escolas, está organizado estruturalmente nos seguintes itens: apresentação, introdução; histórico; proposta do Núcleo; visão, missão e objetivo, fundamentação teórica e avaliação. Nesse sentido consideramos que o PPP está organizado de maneira objetiva e enuncia elementos importantes para a construção deste documento.

Na apresentação o documento traz a definição de Projeto Político Pedagógico, como deve ser sua elaboração (etapas) bem como sua importância na construção da identidade e autonomia da escola, a partir dos marcos legais e da LDB. Estes elementos são fundamentais na elaboração do PPP, uma vez que apresenta qual a concepção política

e pedagógica da escola e conseqüentemente social, e isto só é possível porque a escola conquistou esta autonomia. Nesta perspectiva Veiga (2002) aponta:

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva (VEIGA, 2002, p.2).

O processo de construção é apontado na introdução do projeto, como sendo realizado coletivamente segundo o que orienta a legislação, já que o mesmo será vivenciado por todos os sujeitos que compõe a comunidade escolar. Nesta seção do projeto aponta-se para a existência das classes multisseriadas, enquanto um imperativo a que precisa ser tensionado, contudo em seguida vem discutindo o ensino escolar de forma seriada, a partir das diretrizes para o ensino fundamental de nove anos, concebendo a multissérie como uma modalidade seriada, invisibilizando sua especificidade no que tange a heterogeneidade de níveis de aprendizagem.

Conforme informações colhidas sobre o PPP analisado, a sua elaboração foi feita por uma equipe de professores (as), alunos (as), funcionários (as) da escola, direção, coordenação, pessoas da comunidade, pais, representantes da Secretaria de Educação, representantes do Colegiado Escolar e representante de uma ONG. Com base em alguns questionamentos como: Quais os tipos de escola os núcleos querem construir? Que conhecimento será necessário aos nossos alunos oriundos da Zona Rural? Assim, a equipe de elaboração foi discutindo a dimensão do real e projetando a nível ideal e concreto as ações a serem implementadas a partir do PPP.

Na parte do histórico apresenta como o núcleo foi construído e traz uma breve caracterização das escolas que o compõe. Destaca a condição do trabalho docente ressaltando que a maioria dos professores são contratados, o que dificulta a construção de uma identidade e continuação de trabalhos. Outro aspecto enfatizado nesse item é o fato de que a maioria dos docentes residirem na zona urbana. Ainda um outro aspecto que, a nosso olhar, merecia mais dedicação quando se caracteriza a escola é contextualizar a comunidade onde ela está inserida, em seus aspectos econômicos, sociais e, sobretudo culturais. É preciso problematizar tais elementos, pois a Educação do Campo enquanto prática social fala do lugar, do território já que:

A Educação do Campo tem um vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura, ela nasce aderida ao trabalho e à cultura do campo, os processos culturais formadores dos sujeitos que vivem no e do campo é tarefa fundamental da construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo levando em conta a concepção de sua identidade (CONCEIÇÃO, BARRETO e LIMA, 2013, p. 8).

Tal pressuposto encontra-se legitimado pelas Diretrizes para Educação do Campo em Amargosa (2012).

No que se refere a Proposta do Núcleo apresenta em linhas gerais a organização pedagógica do núcleo (avaliação, metodologia, capacitação docente, dentre outros), apesar de trazer elementos importantes para se pensar a prática pedagógica, o projeto, nesta seção, não problematiza a especificidade da Educação do Campo e mais especificamente das classes multisseriadas que caracteriza o núcleo, apenas reconhecer a existência não é o suficiente, torna-se necessário empreender esforços para dá conta deste contexto que exige metodologias e teorias específicas. Com isso não desejamos mais um modelo a ser reproduzido mas, bases epistemológicas sólidas que permitam a construção de práticas que valorizem a cultura e o modo de vida dos sujeitos, sem negar os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade.

A Visão, Missão e Objetivo são apresentados de maneira sintética e traduz os eixos gerais que norteiam o trabalho das instituições. Já a fundamentação teoria traz detalhadamente desde a concepção de mundo até o planejamento, vale ressaltar a conceituação do termo “Educação do Campo” apontada nesta seção do projeto, trazendo elementos importantes do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo que explicitam o modo como o campo é concebido, não apenas no seu aspecto legal, mas também no plano concreto.

Entretanto é preciso sublinhar que o projeto não problematiza o contexto das classes multisseriadas. Defendemos que a sua forma de organização escolar deveria também ser um pressuposto para orientar o trabalho pedagógico nessas turmas, visto que a heterogeneidade que a compõe impõe formas diferentes de organização do trabalho pedagógico. A multissérie não traduz apenas uma forma de organização escolar, mas uma forma de “cultura escolar” pautada no princípio da coletividade, do trabalho e da cultura como matrizes do conhecimento e da participação dos sujeitos em todo processo, favorecendo uma educação humanizadora.

### **Para não concluir...**

Compreendendo que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento que, de certa forma, exprime a autonomia da escola para decidir qual paradigma de educação deseja seguir e os modos como ela irá se desenvolver. Porém, é preciso que ele seja um documento vivo e não apenas um documento burocrático para cumprir as exigências do sistema educacional. A partir da análise realizada torna-se evidente que, embora a Educação do Campo seja pautada no Projeto Político Pedagógico do Núcleo, apesar da maioria das escolas do Núcleo serem constituídas por classes multisseriadas, o contexto da multissérie não é problematizado, enquanto modo de organização escolar que demanda outras formas de pensar a sua organização política e pedagógica. Negligenciar a forma de organização, multisseriada, de uma escola significa continuar reproduzindo neste contexto, uma cultura urbano-industrial seriada que contribui para a fragmentação do conhecimento, precarização da multissérie e possivelmente a tradição do fracasso escolar.

Nesse sentido, é de suma importância que o PPP das escolas do campo dialogue a cultura camponesa e com os modos de produção da vida que se configura nesse contexto, a fim de que possa contribuir na construção das identidades locais dos sujeitos, ajudando-os a compreender crítica e politicamente o mundo que os cerca. A materialização dos pressupostos legais é a garantia de sua efetivação.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Parecer 036/2001 CEB/CNE sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação na Reforma Agrária** (Decreto nº 7.352, 04/11/2010).

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo.** (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, 03/04/2002). Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB 023/2007 que estabelece Orientações para o atendimento da Educação do Campo.** Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Resolução 01/2002 CEB/CNE, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília: MEC, 2002.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v.3, nº1, p.60-81, jan./jun., 2003.

\_\_\_\_\_. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo.** Disponível em: [www.uff.br/trabalhonecessario/rcaldart%20TN2.htm](http://www.uff.br/trabalhonecessario/rcaldart%20TN2.htm) Acesso em: 20 novembro 2014.

CONECEIÇÃO, C. C. S.; BARRETO, J. S.; LIMA, S. L. S. A Cultura e sua Inserção nos Currículos das Escolas do Campo em Amargosa/Ba. IN: **Anais do II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo** e a "IV Jornada de Educação Especial no Campo", de 15 a 18 de outubro de 2013.

HAGE, S. A. M. **A Multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo.** Disponível em: [http://www.des.faced.ufba.br/educacampo/escola\\_ativa/multisserie\\_pauta\\_salomao\\_hage](http://www.des.faced.ufba.br/educacampo/escola_ativa/multisserie_pauta_salomao_hage). Acesso em: 10 de novembro de 2014.

HORA, D. L. da. **Gestão Democrática na escola:** Artes e ofícios de participação coletiva. Campinas, SP: Papyrus, 1994. Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** - 2. Ed.- São Paulo, Cortez, 2002.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político pedagógico da escola. 6. ed. -São Paulo: Cortez; Instituição Paulo Freire, 2006. (Guia da escola cidadã; v. 7).

PARENTE, Cláudia da Mota Darós; SANTANA, Susilene de Oliveira. **Perfil dos professores de escolas multisseriadas:** contribuições de um estudo de caso. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo03\\_38/Claudia%20da%20Mota%20Daros%20Parente\\_int\\_GT3.pdf](http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo03_38/Claudia%20da%20Mota%20Daros%20Parente_int_GT3.pdf). Acesso em: 21 jan 2015.

POLON, S. A. M. MARCOCCIA, P. C. de P. **Reflexões acerca do projeto político-pedagógico das escolas localizadas no campo no estado do paraná.** Disponível em: [http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/seminarios/seminario-2013/4.-educacao-do-campo-escola-curriculo-projeto-pedagogico-e-eja/reflexoes-acerca-do-projeto-politico-pedagogico-das-escolas-localizadas-no-campo-no-estado-do-parana/at\\_download/file](http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/seminarios/seminario-2013/4.-educacao-do-campo-escola-curriculo-projeto-pedagogico-e-eja/reflexoes-acerca-do-projeto-politico-pedagogico-das-escolas-localizadas-no-campo-no-estado-do-parana/at_download/file). Acesso em: 01 de novembro de 2014.

SANTOS, Fábio Josué; MOURA, Terciana Vidal. Políticas educacionais, modernização pedagógicas e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. IN: HAGE, Salomão Mufarrej. ANTUNES, Maria Isabel. **Escola de Direito:** reinventando a escola multisseriada. - Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, R. C. **Educação - a outra qualidade.** Piracicaba, Ed. UNIMEP, 1995.

SOUZA, Jacqueline; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antonia Villar. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011. Disponível em < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewArticle/5252>> Acesso em: 30 jun 2015.



VEIGA, I. P. A. (Org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** 3<sup>a</sup>.ed. Campinas: Papyrus Editora, 1995.